

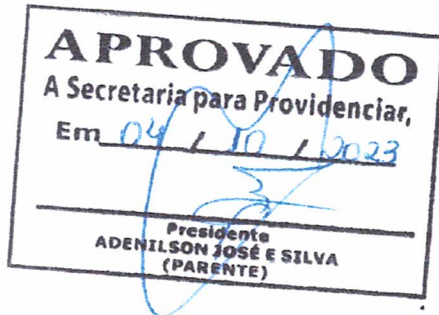


Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA
Evolução e Transparência!
ADM 2023/2024



MOÇÃO DE APOIO nº 18/2023

Jussara, 29 de setembro de 2023



“Envia “MOÇÃO DE APOIO” Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal.”

A Câmara Municipal de Jussara-GO, por iniciativa da mesa diretora composta pelos vereadores: ADENILSON JOSÉ E SILVA - Presidente; JUESMAR CAMILO CORTES GARCIA – Vice-presidente; THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA CARVALHAES – primeiro secretário e ELIENE RODRIGUES DE SANTANA ARRAES – segunda secretária, juntamente com os vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental após a devida tramitação Plenária, requer o envio de expediente:

Aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para acolher esta moção como manifestação de vontade da maioria absoluta da população do município de Jussara, Estado de Goiás, mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos, no intuito de impedir a usurpação da competência primária do Poder Legislativo de legiferante.

Além da defesa do princípio republicano da separação de poderes e do sistema de freios e contrapesos, consagrados no texto Constitucional, esta moção é motivada pela tentativa de legislar por vias judiciais matérias a respeito da prática do aborto, conforme implícita a ADPF nº 442 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental apresentada ao Supremo Tribunal Federal no sentido de questionar a recepcionalidade dos artigos 124 e 126 do Código Penal (dispõe sobre o aborto no país) em relação a dispositivos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.



Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA
Evolução e Transparência!
ADM 2023/2024



Esta moção considera também a ofensa mais ampla à vida contida na tese da ADPF 442, que não somente propõe a legalização do aborto até 12 semanas, mas propõe a tese que ultrapassa este marco de três meses, visto que está fundamentada no argumento de que: *“não haveria como se imputar direitos fundamentais ao embrião. O estatuto da pessoa só seria reconhecido após nascimento com vida”* e afirma ainda que *“a dignidade da pessoa humana exige mais do que simplesmente o pertencimento à espécie humana para os efeitos protetivos do princípio constitucional. O conteúdo essencial mínimo para a dignidade humana, segundo os próprios ministros da Corte, é primeiro o valor intrínseco, simplesmente porque se é humano, mas sem o estatuto de pessoa humana, segundo a autonomia, isto é, o reconhecimento de sua capacidade de guiar-se por seu projeto de vida individual, e terceiro o valor comunitário. Ainda segundo os Ministros da Corte, é na interseção entre a dignidade, a autonomia e a cidadania que o sentido de existência digna passa a receber conteúdo concreto. Não há preceitos absolutos em nosso ordenamento constitucional”*. Coloca-se, assim, na própria tese, critérios alheios ao ordenamento jurídico brasileiro e um relativismo tal que atinge a vida humana em geral e não apenas a dos nascituros.

Esta moção ainda louva especialmente as recentes manifestações do Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quanto ao julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do porte de drogas para uso da própria pessoa, em que o parlamentar diz que *“a decisão do parlamento é a única com legitimidade”*, trata a possibilidade de ativismo judicial como *“equivoco grave”* e *“invasão da competência do poder legislativo”* e deixa claro que *“não se pode atribuir ao Congresso Nacional inércia ou omissão”*.

Portanto, pretende-se por meio desta moção manifestar expresse apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por sua postura, e reiterar a imensa importância em se garantir as prerrogativas do Congresso Nacional como único legitimado para legislar em tudo aquilo que lhe é próprio de sua competência, especialmente acerca da matéria presente no Recurso Extraordinário (RE) 635659, referente ao tema das drogas, e da ADPF 442, atinente ao tema do aborto, observando o que dispõe a Constituição Federal e lembrando que o Supremo Tribunal Federal tem como função comportar-se como guardião da Carta Magna e não como legislador.



Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA
Evolução e Transparência!
ADM 2023/2024



Por fim, não se pode tampouco desprezar a vontade popular, de quem reza o parágrafo único do artigo primeiro de nossa atual Constituição todo poder emanar do povo e por meio de representantes se exerce. Portanto, está moção se faz voz. População que, através de diversas pesquisas feitas por variados institutos, invariavelmente reitera sua posição majoritariamente contrária ao aborto. Esta tentativa de avançar a pauta abortista encontrou lugar nas cortes do nosso judiciário justamente ao tentar evadir a restrição popular manifesta por seus representantes eleitos para legislar e que há décadas barram esforços a semelhantes feitos no único foro competente para discussões legislativas, o Congresso Nacional.

Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores pares, seja encaminhada, como prova de nossa mais veemente PREOCUPAÇÃO E APOIO, às seguintes autoridades, conforme seguem:

Exmo. Sr.

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

MD Senador Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL ANEXO 2 ALA TEOTÔNIO VILELA GABINETE 24

CEP 70.165-900 / Brasília/DF

Exmo. Sr.

ARTHUR LIRA

MD Deputado Federal Presidente da Câmara dos Deputados

Endereço: Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Pavimento Superior, Ala E, Brasília-DF, CEP 70160-900

A mesa diretora e demais edis, com assento nesta Augusta Casa de Leis, vem a público, a externar apoio ao Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das



Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA
Evolução e Transparência!
ADM 2023/2024



competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal

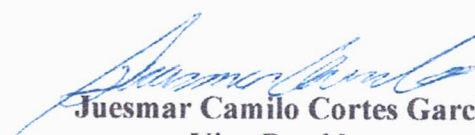
Gabinete da Presidência, aos (29) vinte e nove dias do mês de setembro do ano de (2023)

dois mil e vinte e três.

ADENILSON JOSE E
SILVA:5272378016
3


Assinado de forma digital por
ADENILSON JOSE E
SILVA:52723780163
Dados: 2023.10.09 09:43:32
-03'00'

Adenilson José e Silva
-Presidente da Câmara Municipal de Jussara-GO-

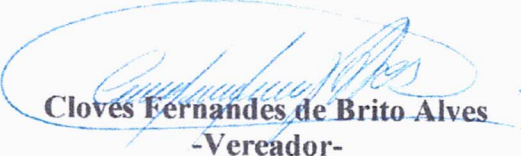

Juesmar Camilo Cortes Garcia
-Vice-Presidente-

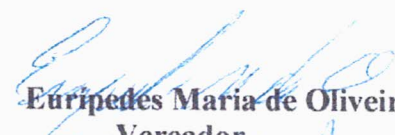

Thiago Henrique Oliveira Carvalhaes
-1º secretário-


Eliene Rodrigues de Santana Arraes
-2ª secretária-

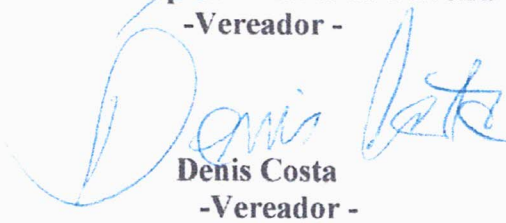

Candido Natividade de Aguiar Neto
-Vereador-


Francisco José Correia
-Vereador -


Cloves Fernandes de Brito Alves
-Vereador-


Euripedes Maria de Oliveira
-Vereador -


Wanderson Rodrigues Guimarães
-Vereador-


Denis Costa
-Vereador -


Silmar Carlos de Souza
-Vereador -